

Medida é criticada por associações

BRASÍLIA — O pacote de medidas e projetos de lei destinados a amenizar a crise da segurança pública, anunciado ontem pelo governo federal, foi criticado pelas principais lideranças da categoria, principalmente na questão salarial. “Isso (o pacote) não tem efeito. Onde não houver um salário digno e o governador não abrir o diálogo, vai haver greve. O problema não é estrutural, é de fome”, afirma o presidente Associação Nacional de Cabos e Soldados, Cabo Wilson.

O pacote traz uma série de medidas repressivas às greves, como dissolução de associações onde houver greve e tipificação do crime de invasão de prédios públicos. De incentivo, uma ajuda para um programa de habitação que já existe na Caixa Econômica Federal e que o governo vai reforçar com R\$ 50 milhões por ano. O governo considera que esta é uma ajuda significativa, já que cerca de 70% dos policiais não têm casa própria.

Uma das medidas repressivas é a instituição de multa ao sindicato ou à associação que descumprir ordem judicial. O governo de Pernambuco, onde a Polícia Civil faz greve há 37 dias, pretende multar o sindicato dos policiais civis em R\$ 20 mil por dia, visto que a greve já foi considerada ilegal pela Justiça. Porém, tal decisão parece ter pouca repercussão no movimento. “O governo ameaça, mas, se nós tivéssemos medo de ameaça, teríamos outra profissão que não policial”, diz o policial Henrique Leite, presidente do sindicato da Polícia Civil de Pernambuco. Quanto à dissolução de associações que apóiam a greve, Cabo Wilson é taxativo: “É tapar o sol com a peneira. É um retrocesso a 1964, um absurdo. Quem faz a greve são os policiais, e não as associações”, diz. “A associação faz a greve que quiser, quem está proibido de fazer greve é o policial”, diz o coronel Rui César Melo, comandante-geral da PM de São Paulo.